



GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE: E ECONOMICS

Volume 23 Issue 2 Version 1.0 Year 2023

Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal

Publisher: Global Journals

Online ISSN: 2249-460x & Print ISSN: 0975-587X

A Economia Informal Como Alternativa de Emprego para as Famílias Angolanas. O Caso Dos Mercados Informais do Bairro das Cacilhas, Município do Huambo e Bairro Paz em Menongue

By Pedro Bráz Paca, Pedro Sousa de Andrade, Higino Albertino Brandão Cumena Lombe,
Franklim L. Bivingo, Alberto Nhimi, Manuel K. Alberto, Digmath Filipe L. Quissengua
& Aurélio Simões Salunbongo

Universidade Cuito Cuanavale

Abstract- This work aimed to analyze the role of the informal economy as an alternative employment for families in the Municipality of Huambo, specifically for city dwellers who carry out various activities in the informal market of the Cacilhas neighborhood. Based on the bibliographical research, it was possible to present several theoretical approaches related to the subject under study, from history, concepts, causes, characteristics, concepts, causes, characteristics, the importance of this sector as a guarantee of employment and family sustainability, its structure as well as its main socio-economic implications, culminating with the presentation of the sectoral contribution of the informal economy as employability in the Angolan economy. Through the field research carried out at the reference site of this work, based on the distribution of questionnaires to a sample of 113 respondents, it was possible to obtain the pre-established results that highlight the main aspects of a socioeconomic order directly linked to the theme in study.

Keywords: *informal economy; source of income; informal work; family sustainability.*

GJHSS-E Classification: DDC Code: 330 LCC Code: HD2346.K4



Strictly as per the compliance and regulations of:



RESEARCH | DIVERSITY | ETHICS

A Economia Informal Como Alternativa de Emprego para as Famílias Angolanas. O Caso Dos Mercados Informais do Bairro das Cacilhas, Município do Huambo e Bairro Paz em Menongue

Pedro Bráz Paca ^a, Pedro Sousa de Andrade ^a, Higino Albertino Brandão Cumena Lombe^b, Franklim L. Bivingo ^c, Alberto Nhimi ^d, Manuel K. Alberto^e, Digmath Filipe L. Quissengua ^x & Aurélio Simões Salunbongo ^v

Resumo- O presente trabalho, teve como objectivo analisar o papel da economia informal como alternativa de emprego das famílias no Município do Huambo, concretamente aos cidadãos que exercem diversas actividades no mercado informal do bairro Cacilhas. Com base na pesquisa bibliográfica, foi possível apresentar diversas abordagens teóricas relacionadas com o tema em estudo, desde a história, conceitos, causas, características, a importância deste sector como um garante de emprego e sustentabilidade familiar, sua estrutura bem como suas principais implicações de ordem socioeconómica culminando com a apresentação da contribuição sectorial da economia informal como empregabilidade na economia angolana. Por intermédio da pesquisa de campo realizada no local de referência do presente trabalho, apoiando-se na distribuição de questionários a uma amostra de 113 inquiridos, foi possível obter os resultados pré-estabelecidos que evidenciam os principais aspectos de ordem socioeconómica directamente ligados ao tema em estudo.

Palavras clave: economia informal; fonte de rendimentos; trabalho informal; sustentabilidade familiar.

Abstract- This work aimed to analyze the role of the informal economy as an alternative employment for families in the Municipality of Huambo, specifically for city dwellers who carry out various activities in the informal market of the Cacilhas

Author a: Doutor em Administração e Negócios pela ULP-Portugal, Professor Auxiliar na Universidade Cuito Cuanavale, Cuando Cubango, Menongue – Angola. e-mail: dr.paca@hotmail.com

Author o: Doutor em Ciências de Educação. Professor Auxiliar na Universidade Agostinho Neto-Angola-Luanda.

Author p: Doutor em Filosofia e ética pela UCP-Portugal, Professor Auxiliar da Universidade Cuito Cuanavale -Menongue-Angola.

Author Q: Mestrando pela UGS-Luanda-Angola, no curso de Comunicação, Marketing e Publicidade, Docente na Categoria de Assistente estagiário pela Universidade Cuito Cuanavale, Cuando Cubango, Menongue – Angola.

Author Y: Mestre em Psicologia Clínica, Universidade San Lorenzo-Paraguai, Professor Assistente da Escola Pedagógica, Universidade Cuito Cuanavale, Menongue-Angola.

Author S: Mestre em Ordenamento de Território e Urbanismo pela Universidade de Coimbra, Docente na Categoria de Assistente na Universidade Cuito Cuanavale, Menongue-Angola.

Author x: Mestre em Gestão de Empresas pela Universidade José Eduardo dos Santos-Angola-Huambo, Docente na Categoria de Assistente na Universidade Cuito Cuanavale, Cuando Cubango, Menongue – Angola.

Author v: Licenciado em Economia pela Universidade José Eduardo dos Santos, Professor do Ensino Geral, Huambo.

neighborhood. Based on the bibliographical research, it was possible to present several theoretical approaches related to the subject under study, from history, concepts, causes, characteristics, concepts, causes, characteristics, the importance of this sector as a guarantee of employment and family sustainability, its structure as well as its main socio-economic implications, culminating with the presentation of the sectoral contribution of the informal economy as employability in the Angolan economy. Through the field research carried out at the reference site of this work, based on the distribution of questionnaires to a sample of 113 respondents, it was possible to obtain the pre-established results that highlight the main aspects of a socioeconomic order directly linked to the theme in study.

Keywords: informal economy; source of income; informal work; family sustainability.

I. INTRODUÇÃO

Os estudos a respeito da economia informal tiveram o seu início na década de 1970, que representa um período de transição, considerado por muitos estudiosos como os últimos anos de um ciclo de crescimento baseado no capital industrial. O período pós-guerra foi de crescimento económico acelerado baseado na mão-de-obra assalariada e regulada pelo Estado, principalmente nos países mais desenvolvidos. O fim deste ciclo gerou uma crise no modelo de crescimento da época, tendo decretado o fim do período que foi conhecido como os trinta anos gloriosos (Sanches, 2009). De acordo com Sanches (2009) esta crise afectou os países de forma distinta, porém os mais atingidos foram os que se encontravam na situação de países periféricos, uma vez que ainda não haviam completado ou mesmo iniciado o seu processo de intensificação da Industrialização. Este foi o caso da maioria dos países da África, logo estes não conseguiram desenvolver um mercado de trabalho onde o assalariamento tivesse alcançado a maioria da sua sociedade, verificando-se deste modo um crescimento acentuado do sector informal.

Ribeiro (2000) afirma que durante as últimas três décadas, o fenómeno da economia informal, indica estar em pleno crescimento, que desperta um grande



interesse pelos governantes, economistas, pesquisadores sociais e o público, pois a presença deste sector na actividade económica é uma das mais importantes características dos países em desenvolvimento, uma vez que o emprego nesse sector situa-se entre os 35% a 60% da massa laboral e com uma produção que normalmente corresponde entre os 20% a 40% do PIB. Portanto, a economia informal acaba por estar presente em todas as sociedades capitalistas, em maior ou menor grau. No caso de Angola, esta economia acaba por ser um fenómeno que vem a se revelar cada vez mais acentuado ao longo dos tempos, sobretudo motivado pelo próprio contexto socioeconómico, jurídico e até político (Lopes, 2007). Assim sendo, o presente estudo abrangerá uma melhor compreensão quanto a definição da economia informal, sua evolução histórica, suas causas e efeitos, suas características e implicações, os principais intervenientes, apresentar as principais escolas que se destacaram na informalidade e por fim apresentar a discussão dos resultados da pesquisa. Também procura-se tentar explicar o porquê da crescente movimentação e/ou fluxo de pessoas para mercado de trabalho informal, evidenciar as motivações de ordem pessoal, social e económicas da escolha de um em relação a outro bem como outros factores relacionados ao tema. Todavia, cabe ressaltar que pela própria natureza do tema proposto, tanto os elementos quantitativos como qualitativos podem não ser suficientes para evidenciar com exactidão qual o real grau de informalidade que pretende-se demonstrar, uma vez que o sector informal angolano e na maioria dos países em desenvolvimento, constitui uma temática pouco debatida. Este elemento traduz-se numa insuficiência acentuada de dados e quando esses dados existem, podem já estar ultrapassados e não condizerem muita das vezes com a realidade que se vive. Assim sendo, certos aspectos não serão abordados de forma muito profunda, embora sejam de suma importância. Em outras palavras, queremos dizer que o fenómeno da informalidade nem sempre é directamente observável uma vez que os agentes económicos que aí intervêm não desejam ser identificados.

II. CONTEXTO DO PROBLEMA

Actualmente, muitos jovens formados em diversas áreas do saber, não conseguem ter um emprego que desejar após a sua formação. Portanto, dai é notável a incapacidade que o Estado tem de poder empregar todos os jovens formados, e as empresas formais também sem capacidade de poder responder às necessidades destes jovens formados.

Portanto, o presente estudo resulta da observação da crescente incapacidade que o mercado

de trabalho formal na economia nacional tem vindo a mostrar. Como resultado desse processo, formas de trabalho e produção têm encontrado espaço no sector informal, que se posiciona actualmente como a principal via de obtenção de emprego dos indivíduos que não encontram respondidas as suas necessidades de trabalho e rendimento satisfeitos no lado formal da economia. É nesta senda, que surgi a necessidade de se analisar a importância que o sector informal da economia representa como uma alternativa de emprego para a sobrevivência das famílias.

a) Problema Científico

De que maneira a economia informal constitui alternativa de emprego para sobrevivência das famílias que exercem suas actividades nos mercados informais das Cacilhas Município do Huambo e Mercado do Paz de Menongue?

III. CONCEITOS DA ECONOMIA INFORMAL

Torna-se bastante difícil descrever uma definição da economia informal aceite ou considerada exacta universalmente. O debate do conceito, foi descrita por vários autores que deram o seu ponto de vista como veremos logo a seguir.

Salazar (2014, p.89) define a economia informal como conjunto de todas as actividades económicas que, na legislação ou, na prática, não se inserem no âmbito dos mecanismos formais. Já numa outra versão, é entendida como uma expressão que abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários, dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto nacional, urbano ou rural, referindo-se a todas as actividades económicas de trabalhadores que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais (OIT, 2006).

Portanto, nestes conceitos os autores expressam as suas ideias em palavras diferentes, mas ambos convergem, pois, todos afirmam que estas actividades escapam da legislação dos mecanismos formais.

Queiroz (2014) define a economia informal como a relação económica desenvolvida sem a observância das regras de acesso à actividade económica em vigor, com prejuízo virtual dos indicadores macroeconómicos, do orçamento e da contabilidade nacional.

Já para Silva (2010) entende por economia informal como um vasto leque de comportamentos económicos, socialmente admissíveis, realizados fundamentalmente com finalidades de sobrevivência e que escapam quase totalmente ou, pelo menos, parcialmente ao controlo dos órgãos de poder público local/regional/nacional em matéria fiscal, laboral, comercial, sanitária ou de registo estatístico. São

actividades e práticas económicas legais realizadas por agentes económicos totais ou parcialmente ilegais.

Para Dum (2014), a economia informal é toda actividade económica que, não sendo ilegal, se processa ao arrepio das normas fiscais vigentes. É o ramo da actividade económica não registada pela lei fiscal, que se ocupa da produção de bens ou serviços com o objectivo primário de gerar empregos e rendas para as pessoas interessadas (Vergas, 2015).

Economia informal, é o ramo que engloba diversos e crescentes grupos de trabalhadores informais actuantes em diferentes áreas económicas, urbanas ou rurais, no primeiro, segundo ou terceiros sectores da economia (Rocha, 2018).

Economia informal, é toda a actividade económica legal, mas não licenciada, realizada por agentes económicos ilegais e muitas vezes até legais, que usualmente escapam ao sistema fiscal, laboral e outros legalmente estabelecidos ou que estruturam o sistema formal de produção e troca (Ernesto & Capilo, 2014).

Neste sentido, a economia informal numa primeira análise, acaba por ser caracterizado por actividades económicas não registadas na lei fiscal. Assim, após abordar-se diferentes ideias dos autores acima referenciados relativamente ao conceito, optou-se por aquele que traz mais aspectos da nossa realidade. Logo, entende-se por economia informal, o conjunto de actividades económicas que não são registadas na lei fiscal que vigora num determinado país ou região, que visa gerar emprego a pessoas que não têm possibilidade de obter emprego no mercado formal para a sua sobrevivência.

IV. CAUSAS E EFEITOS DA ECONOMIA INFORMAL

A existência da economia informal reflecte um desajustamento dos interesses colectivos da sociedade, tal como entendidos pelo Estado, e os incentivos individuais (Ernesto & Capilo, 2014). Ribeiro & Bugarin (2003), afirmam que compreender as causas que determinam o tamanho do mercado informal, possui uma importância significativa do ponto de vista da elaboração de políticas económicas, uma vez que a nível do impacto dos instrumentos por essas implementadas sobre o desempenho da actividade económica, os resultados serão sempre diferentes com a presença do sector informal.

Assim segundo Ernesto & Capilo (2014), do ponto de vista da acção do Estado a economia informal tem como origem as seguintes fontes:

- Modelos económicos não adaptados a realidade sociocultural dos países;
- Fraca capacidade de geração de emprego na economia;
- Inexistência do subsídio de desemprego;

- Processo de formalização extremamente oneroso;
- Emolumentos de licenciamento elevados;
- Encargos fiscais altos;
- Regulamentação inexistente/inadequada ou excessivamente exigente.
- Barreiras à entrada de novas micro, pequenas e médias empresas;
- Falta ou acesso deficiente a informação sobre o mercado;
- Desconhecimento/falta de divulgação de informação sobre os serviços públicos;
- Fraco acesso à informação sobre novas tecnologias e formação na matéria.
- Administração burocrática e ineficiente;
- Corrupção;
- Pobreza;
- Falta de instrução e/ou instrução deficiente;
- Êxodo rural que tem como origem fundamental: a guerra e a existência de economias de enclave ou centros financeiros de enclave.

V. PRINCIPAIS CAUSAS DA ECONOMIA INFORMAL

De acordo com Ribeiro e Bugarin (2003) compreender as causas que determinam o tamanho do mercado informal possui uma importância significativa do ponto de vista da elaboração de políticas económicas, uma vez que a nível do impacto dos instrumentos por essas implementadas sobre o desempenho da actividade económica, os resultados serão sempre diferentes com a presença do sector informal.

Dentre os principais factores económicos que causam o crescimento da economia informal destacamos os seguintes: crescimento da carga tributária (impostos, taxas, contribuições sociais e outros); aumento da regulamentação na economia oficial, principalmente do mercado de trabalho; transferências sociais; o desemprego e a inflação.

No que diz respeito a análise interdisciplinar, os principais factores são de natureza sociológica e psicológica, como: declínio da percepção da justiça e lealdade para com as instituições públicas, a redução do índice de moralidade, redução do índice de percepção da corrupção.

Apesar de factores de natureza sociológica e psicológica terem uma importância neste processo, uma vez que em consonância com os factores de natureza económica actuam em conjunto e tendem a reduzir o custo de oportunidade dos indivíduos para actuar na informalidade focar-se-á de maneira particular nos factores causais do ambiente económico que são:

a) I Carga tributária

Ribeiro (2000) afirma que a carga tributária possui uma importância fundamental para os economistas, enquanto afecta a restrição lazer-trabalho,



estimulando a oferta de trabalho no sector que não tributa o que provoca distorções na economia.

Nesse aspecto verifica-se que, quanto maior for a diferença entre o rendimento bruto e o rendimento líquido dos trabalhadores no sector formal, maior será o desejo de se evitar essa diferença e consequentemente trabalhar no sector informal. Essa diferença é dependente da carga tributária, logo passa a ser um sinal positivo para existência e incremento da informalidade. Aqui podemos afirmar que um dos principais factores que leva as famílias a optar pelo sector informal está directamente ligado a evasão fiscal. Logo ao elevar a carga tributária sobre a renda bem como sobre os bens e serviços, tende-se a aumentar a movimentação de trabalhadores e a quantidade de bens e serviços transaccionados no sector informal (Ribeiro, 2000).

b) Mercado de trabalho

O funcionamento do mercado de trabalho formal dita em grande parte a deslocação de pessoas para o sector informal através de questões como o desemprego, remunerações não satisfatórias que obrigam os indivíduos a procurar um segundo emprego num outro período, a situação dos migrantes que muitas vezes encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho oficial ou ainda a incapacidade de trabalhar por invalidez, ou outra qualquer razão que leva, por exemplo, o indivíduo a aposentar-se antecipadamente.

Segundo Ribeiro (2000; p. 13) afirma que,

Este deslocamento para o sector informal pode advir, por exemplo, através de um segundo emprego em outro horário ou no mesmo horário regular de indivíduos que não participam do mercado oficial, ou mesmo quando são de alguma forma impossibilitados, como no caso de clandestinos. O trabalho pelo meio período e a aposentadoria precoce sugerem para oferecer também oportunidades no sector informal. Talvez essas considerações possam explicar porquê em determinados países, que têm um mercado de trabalho informal activo, têm-se altas e persistentes taxas de desemprego.

Relativamente ao salário, existe uma relação negativa entre o salário no sector formal e as horas de trabalho no sector informal, o que se traduz numa elasticidade negativa (Ribeiro & Bugarin, 2003).

c) Efeitos da economia informal

De modo geral, a literatura tende a evidenciar que os efeitos da informalidade económica sobre a economia formal são normalmente negativos, embora muitas vezes a alternativa a economia informal não é a economia formal, por vezes é a falta de actividade (Rodrigues, 2008). Neste sentido, conclusões opostas podem ser alcançadas quando analisamos os efeitos da economia informal sobre a formal, podendo estes efeitos serem positivos ou negativos. Tendo em conta

que os efeitos que a informalidade possui sobre o sector formal, numa análise global, serem vários, o foco irá cair sobre aqueles que de certa forma se destacam como sendo os principais. Um efeito negativo e talvez um dos mais importantes advém do facto de que, um aumento da economia informal leva consequentemente a uma redução das receitas fiscais e da quantidade e qualidade de bens públicos colocados pelo Estado a disposição da sociedade. Este fenómeno origina um fraco crescimento económico. Esta afirmação é verdadeira enquanto as infraestruturas públicas são importantes para o crescimento económico (Ribeiro & Bugarin, 2003). Uma das formas que o Estado encontra para fazer face a este fenómeno é elevar as taxas de tributação sobre aqueles que cumprem com as obrigações tributárias, porém esta medida cria um incentivo para se integrar na informalidade (Rodrigues, et al., 2008).

d) Características da economia informal e suas implicações

As características da economia informal, geralmente são comuns em toda parte do mundo. Tanto nos países desenvolvidos como nos países em via de desenvolvimento apresentam as mesmas características. Uma das características é de não dar protecção aos trabalhadores.

De acordo com a OIT (2006, p. 6), a economia informal

Caracteriza-se pela exiguidade ou indefinição dos locais de trabalho, por condições de trabalho que não garantem saúde nem segurança, fracos níveis de qualificação e de produtividade, rendimentos baixos e irregulares, longas horas de labor e falta de acesso à informação, aos mercados, ao financiamento, à formação e à tecnologia.

A mesma autoria, afirma que os défices de trabalho digno são mais marcados na economia informal, a qual, do ponto de vista dos trabalhadores não protegidos, apresenta muito mais aspectos negativos que positivos. Já Silva (2010) apresenta características mais comuns da economia informal. O autor afirma que todas as actividades económicas informais, são convergente pelo facto de não estarem reconhecidas nem protegidas nos parâmetros jurídicos e regulamentares, pois todos os trabalhadores do sector informal estão sujeitos à vulnerabilidade de situações de doenças, direitos, reforma, etc.

Esta afirmação de Silva, pode não ser verdade. As actividades informais apesar de não obedecer aos parâmetros legais da lei fiscal e não estarem nos parâmetros jurídicos como (carga horária, salário mínimo...), de alguma forma, embora não totalmente organizadas, as actividades informais possuem regulamentos instituídos por associações criadas por eles mesmos em suas respectivas áreas de actuação. Ao que diz respeito a vulnerabilidade de doenças, pode-se exemplificar algumas situações. Os trabalhadores informais enfrentam dificuldades de

despedimentos arbitrários à medida que não conseguem exercer suas actividades por motivo de saúde. Pois, os trabalhadores informais não gozam de direitos de protecção de saúde, que os trabalhadores formais têm. Já o inverso, as dificuldades são minimizadas porque a instituição empregadora dará apoio financeiro para que o trabalhador consiga custear as suas despesas o tempo em que estiver incomodado. Ao que tange a segurança/insegurança nas actividades informais, Silva (2010) identifica sete aspectos relevantes na economia informal:

1. Segurança no mercado laboral: refere as boas oportunidades laborais que resultam de um elevado nível de emprego, produto de políticas macroeconómicas;
2. Segurança do emprego: protecção contra despedimentos arbitrários consignada, em geral, numa legislação que regulamenta a contratação e o despedimento;
3. Segurança ocupacional: implica a oportunidade de inserção num segmento profissional e possibilidade de desenvolver um sentido de pertença como consequência do melhoramento profissional;
4. Segurança no trabalho: possibilidade de contar com protecção em caso de acidentes de trabalho e doença profissionais;
5. Determinação para o desenvolvimento das competências: oportunidades de manter e desenvolver as habilitações e conhecimentos profissionais mediante acções de formação ao longo da vida;
6. Protecção do ingresso: implica a possibilidade de obtenção de ingressos adequados para o trabalhador e a sua família;

Firmeza de representação: possibilidade de exercício do direito a representação colectiva de trabalhadores e empregados através de organizações independentes, assim como do direito à negociação colectiva e ao diálogo social.

VI. ECONOMIA INFORMAL EM ANGOLA

O presente subtema, visa descrever os aspectos mais notáveis da economia informal em Angola, suas características, dimensões, importância, fases e etapas.

Falar da economia informal em Angola, é olhar para a história do país. O mercado informal em Angola surge na década 80 como resultado das reformas económicas e políticas que o país iniciou para a transição de uma economia centralizada à economia de mercado. Portanto, a liberalização da economia suscitou a criação de micro e pequenos negócios informais absorvendo homens e mulheres que buscavam o sustento pessoal ou familiar. Entretanto, o que era apenas uma porta de subsistência para as famílias, deu lugar ao principal motor condutor do

sector terciário da economia, nomeadamente comércio de bens alimentares, bens industriais, vestuário, prestação de serviços mercantis, profissionais liberais, etc, (Ernesto & Capilo, 2014).

No entanto, nos anos 70 e 80 do século XX, a ideia dominante era a de que as actividades informais constituíam um fenómeno transitório e o progresso técnico acabaria por permitir ao sector absorver os trabalhadores informais. Entretanto, a crescente informatização e flexibilização dos processos de trabalho gerado pela aceleração do processo de globalização e pela progressiva generalização das teses neoliberais sobre o modelo de organização e regulação da economia e da sociedade, sugere outras perspetivas. Ao contrário do que inicialmente se admitia que, a dimensão da economia informal cresceu, tanto nos diferentes sectores de actividade com um nível de desenvolvimento diferenciado, e o fenómeno não se apresenta como residual nem temporário, observando o aumento de sua importância económica e social (Dum, 2014). A dimensão e a importância económica e social da economia informal no contexto angolano apoia-se na constatação de que um mundo globalizado e marcado pelas lógicas neoliberais, as actividades e práticas informais constituem, em inúmeras circunstâncias a única alternativa a que têm acesso os actores sociais no momento de concretizar as suas estratégias de sobrevivência ou de acumulação de capitais (Dum, 2014).

Em Angola, com assinatura da paz a 4 de Abril de 2002, intensificou-se o fluxo migratório para as cidades, contribuindo na expansão dos mercados informais de emprego onde as populações foram se instalando a procura de melhores condições de vida e segurança. Com a intensificação migratória das populações do campo para as cidades, o desemprego crescente era visto pelas instâncias governativas e pelos agentes do desenvolvimento como um problema temporário. O sector informal foi importante para amortecer e dar suporte à sobrevivência de diversas famílias deslocadas de guerra (Sebastião, 2012).

A interacção entre os mercados formais e informais de trabalho, foram expressões positivas no decorrer do processo de negociação de paz. Portanto, o sector informal representava uma solução no curto prazo, mas muitas interrogações eram colocadas quanto à possibilidade de este tipo de actividades permitir a longo prazo, quer a sua própria reprodução, quer a melhoria das condições de vida da vasta camada da população que se apoavam na sobrevivência e reprodução deste tipo de actividades (Sebastião, 2012).

Lopes (2007), identificou cinco (5) etapas no processo de evolução da economia informal de Angola que são:

- Na primeira etapa, antes da independência, as actividades informais desempenhavam uma função



estritamente subsidiária do sector formal da economia. Esta restringia-se às actividades artesanais tradicionais, à prestação de serviços, domésticos, ao comércio ambulante, a porta de casa, aos mercados dos musseques e às actividades relacionadas com construção de habitação das populações autóctones que residiam na sua periferia.

- Na segunda etapa, o processo de crescimento iniciou-se nos anos 1977/78 e, rapidamente, as práticas informais esquemas, candonga (contrabando de géneros alimentícios e outros produtos) alastraram aos diferentes sectores de actividade, num contexto social de uma economia centralizada e administrativamente regulada.
- Na terceira etapa, o desmantelamento da economia centralizada, no quadro do processo de transição para uma economia de mercado (1987 – 1991), possibilitou a transição entre as actividades paralelas e as actividades informais, mas não produziu alterações substanciais na dinâmica de crescimento acelerado do sector informal urbano.
- Na quarta etapa, entre 1992 – 2002, registou-se um crescimento generalizado das actividades informais, que encontraram terreno fértil para a progressão na indefinição de um processo de liberalização e transição para a economia de mercado. Caracterizado por uma série de programas económicos que nunca chegaram a ser concluídos.

VII. METODOLOGIA

“Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação, ou, em outras palavras, determinar o método que possibilitou chegar a esse conhecimento” (Gil, 2008, p.8).

Oliveira (2011), define a metodologia como o estudo ordenado e racional dos métodos utilizados nas ciências, seus princípios, sua utilidade e sua relação com as teorias científicas. Por isso, a metodologia deve apresentar como se pretende realizar a investigação.

Prodanov e Freitas (2013), entendem a metodologia como regras que consistem em estudar, compreender e avaliar os vários métodos acessíveis para a realização de uma pesquisa científica. É o conjunto de operações mentais que devemos empregar na investigação no processo de pesquisa.

Portanto, no presente trabalho, a metodologia utilizada procurou integrar um conjunto de requisitos que possam evidenciar de forma clara ou comprehensível os principais elementos subjacentes a economia informal como alternativa de emprego para sobrevivência das famílias no município do Huambo,

com um enfoque maior no mercado informal do bairro periférico das Cacilhas.

Trata-se de um mercado informal que surgiu em 1979/1980 e que estava localizado na zona de Calombula (São José). Devido à má localização e de difícil acesso por parte dos vendedores e compradores, houve a necessidade de deslocar o mercado para o bairro Cacilhas-Norte, isto é, em 1980 por ser um local bem localizado e de fácil acesso aos vendedores e compradores, passando a ser chamado pelo nome do mesmo bairro.

Com um efectivo de 525 operadores, de acordo com a informação recolhida na Administração do mercado, o mesmo apresenta uma oferta diversificada em termos comerciais. Das ofertas que o mercado oferece aos cidadãos do Município Sede e não só, destacam-se produtos alimentares a retalho (feijão, milho, alface, tomate, cenoura, batata rena e doce, banana, abacaxi, múcua, cebola, gim-boa, lombi, rabanete, peixe seco, ovos, ginguba, mel, fuba limpa e de moinho, açúcar, óleo alimentar, soja, frango, massa alimentar, cafraíá, carne de vaca, morango, melancia, mandioca, abóbora), produtos de beleza, roupa, calçados, bacias plásticas, galinhas, peças de motores; oferecendo também vagas de serviços: transporte de moto táxi (kupapatas), carregamento (roboteiros), alfaiataria, reparação e manutenção de motores (geradores, veículos motorizados e automóveis).

O controlo da actividade dos vendedores no mercado é feito diariamente e é assegurado pelos fiscais da Administração do mercado, que têm também o papel de orientar os vendedores e funcionamento do mercado, para além de cobrarem as taxas de ocupação diária de espaço (que varia entre 100kz para a venda de produtos de menor rendimento e 200kz para a venda de produtos de maior rendimentos).

VIII. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

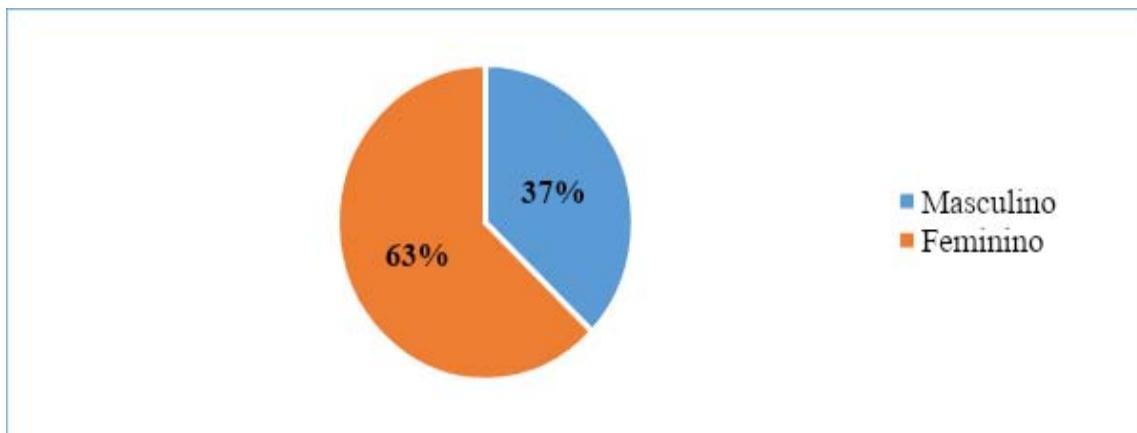
Análise do papel da economia informal na promoção do emprego e geração de rendimento para as famílias.

Neste ponto procede-se a uma caracterização geral relativa à amostra que integra os inquiridos do mercado.

a) Distribuição da amostra quanto ao género

No que diz respeito ao género, a distribuição do emprego informal é caracterizada por uma maioria feminina, que corresponde a 63% do total da amostra, ao passo que o sexo masculino corresponde a 37% conforme ilustra o gráfico abaixo.

Isto significa que o mercado informal das Cacilhas proporciona maior emprego ao género feminino. Esta maioria justifica-se pelo facto do mercado ter maior oferta de produtos alimentares, que são produtos preferíveis pelas mulheres.



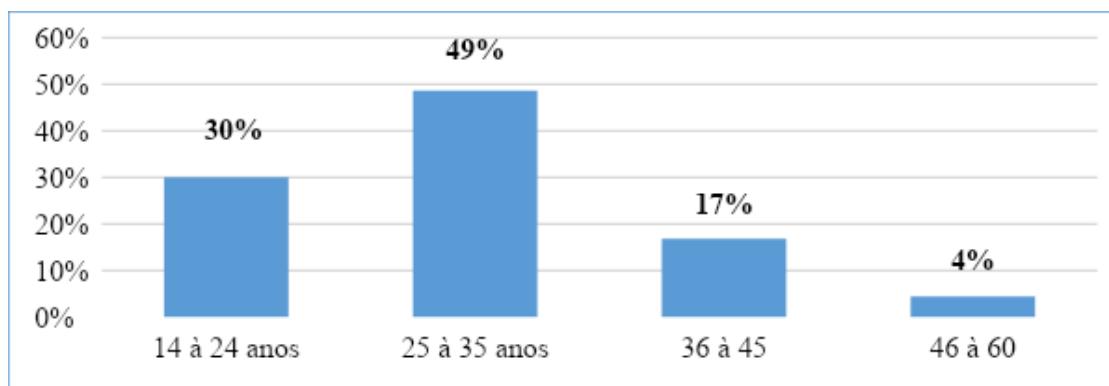
Fonte: Elaboração dos autores com base na pesquisa

Gráfico 1: Género dos inquiridos

b) Idade dos inquiridos

No que diz respeito à idade dos operadores informais, verifica-se que as actividades informais são maioritariamente desenvolvidas por indivíduos com idades compreendidas entre 25 a 35 anos que corresponde a 49% da amostra, enquanto os operadores com idades entre 14 a 24 anos perfazem a outra grande maioria dos trabalhadores desprovidos de formalidade com 30%, seguido pelos indivíduos que têm 36 a 45 anos com 17%. Já os indivíduos com as idades acima dos 45 anos, representam uma minoria

na participação em actividades informais com apenas 4%, o que traduz numa ligeira fraca presença de trabalho desta etapa etária. Isto mostra que, parte dos que recorrem ao mercado informal são maioritariamente jovens, que exercem suas actividades como forma alternativa de emprego, uns para sobreviver e outros simplesmente para suprirem suas necessidades. Daí, é notável a importância que a economia informal tem na sociedade no que tange a redução do desemprego, conforme ilustra o gráfico abaixo.

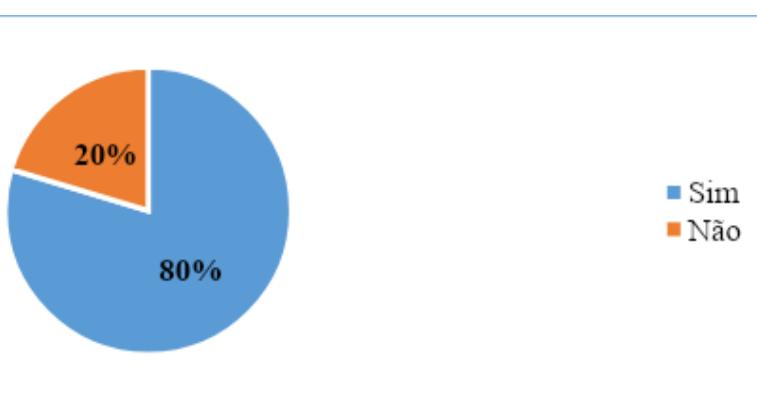


Fonte: Elaboração dos autores com base na pesquisa

Gráfico 2: Idade dos inquiridos

c) Naturalidade dos inquiridos

Questionados sobre o local de origem, 80% da amostra afirmaram serem natos do Huambo enquanto 20% afirmaram não serem natos conforme ilustra o gráfico abaixo. Isto significa que o mercado das Cacilhas é frequentado maioritariamente por naturais do Huambo, que realizam suas actividades de comércio como alternativa de emprego para a sobrevivência das famílias.



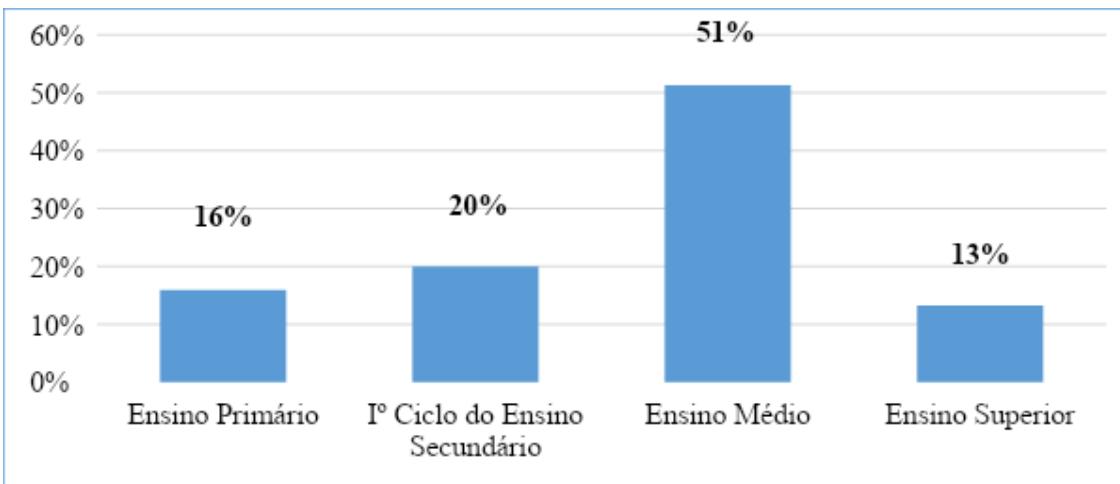
Fonte: Elaboração dos autores com base na pesquisa

Gráfico 3: Naturalidade dos inquiridos

d) Nível de escolaridade dos inquiridos

A escolaridade dos inquiridos é, em termos gerais, consideravelmente elevada, uma vez que 51% têm o ensino médio, 13% ensino superior e, para o nível considerado baixo, regista-se uma cifra de 16% para a educação primária e 20% para a categoria do Iº Ciclo

do ensino secundário. Em geral, estes dados revelam que o mercado das Cacilhas, é frequentado pelos indivíduos que possuem um nível académico consideravelmente elevado conforme ilustra o gráfico abaixo.

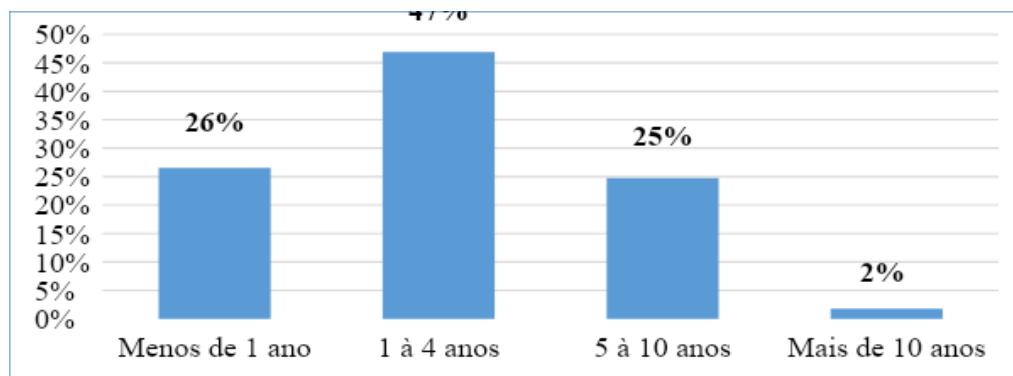


Fonte: Elaboração dos autores com base na pesquisa

Gráfico 4: Nível académico dos inquiridos

e) Tempo de trabalho dos inquiridos no mercado

Em relação ao tempo de exercício da actividade comercial dos inquiridos, verifica-se que 47% a realizam no intervalo de 1 a 4 anos, 26% menos de 1 ano, 25% de 5 a 10 anos, enquanto os que realizam actividade a mais de 10 anos totalizam a minoria com 2%. Assim sendo, verifica-se que a maior parte dos inquiridos desenvolvem essas actividades por um período consideravelmente de longo tempo, enquanto os que exercem a curto prazo representam a minoria conforme ilustra o gráfico abaixo.



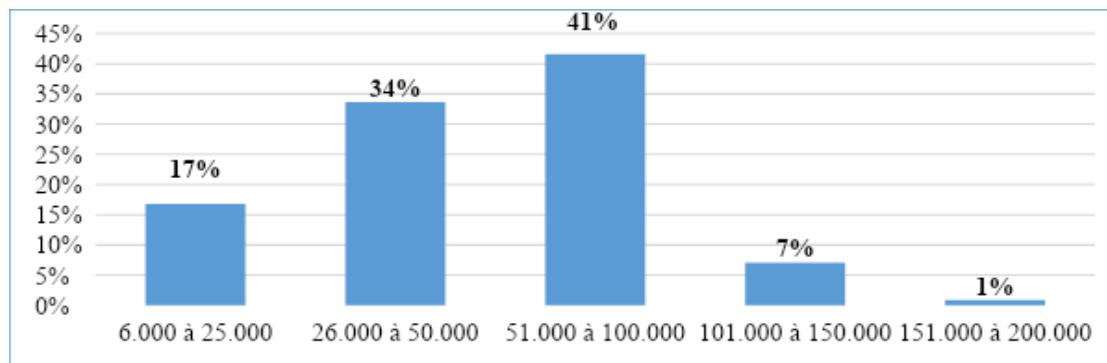
Fonte: Elaboração dos autores com base na pesquisa

Gráfico 5: Tempo de actuação no mercado

f) Tamanho do agregado familiar dos inquiridos

Questionados sobre o tamanho do agregado familiar, constatou-se que 55% dos inquiridos têm um agregado familiar de 6 a 10 membros, 35% têm um agregado de 3 a 5 membros, enquanto as famílias com 1 a 2 e os que têm mais de 10 membros, constituem a

minoria com apenas 5% do tamanho da amostra. Portanto, percebe-se o quanto é importantes estas actividades informais, pois muitas das famílias dependem do sustento de rendimentos vindos no dia-a-dia neste mercado. O gráfico abaixo ilustra os dados apresentados.



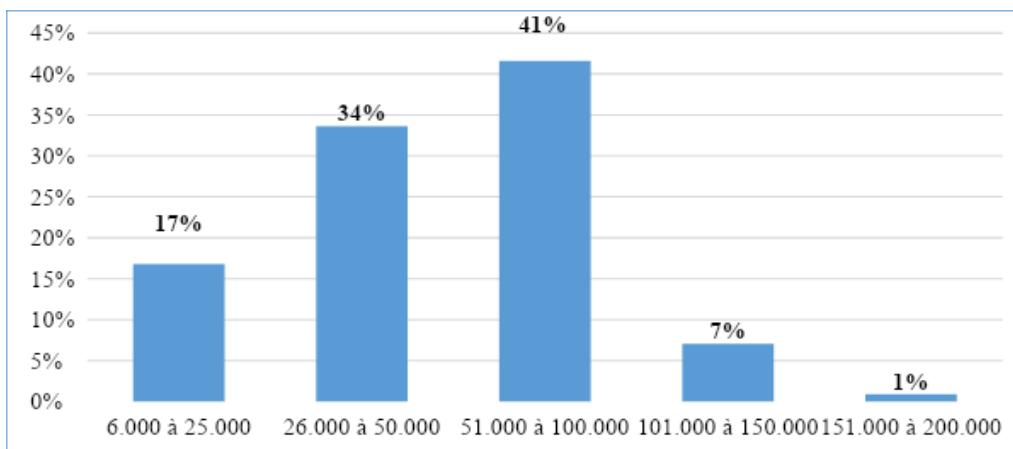
Fonte: Elaboração dos autores com base na pesquisa

Gráfico 6: Agregado familiar dos inquiridos

g) Volume de negócios por mês

Quanto ao volume de negócio que, por mês, procedem ao abastecimento dos bens que comercializam, foi possível constatar que 41% dos inquiridos adquirem os seus produtos no valor variável

entre 51 mil a 100 mil kwanzas, 34% adquirem os seus produtos no valor de 26 mil a 50 mil kwanzas, 17% estão no intervalo de 6 mil a 25 mil kwanzas, e uma minoria de 7% está no intervalo de 101 mil a 150 mil kwanzas conforme ilustra o gráfico abaixo.



Fonte: Elaboração dos autores com base na pesquisa

Gráfico 7: Volume de negócio mensal

h) Razões que levaram os inquiridos a vender no mercado

Em relação as razões que levaram os inquiridos a vender no mercado informal das Cacilhas, foram apresentados diversos factores que mereceram análise dos inquiridos.

Assim sendo, questionados sobre o factor falta de emprego formal, 38% afirmaram (concordar) com este factor, 43% ficaram sem opinião, 19% disseram não (concordar). Isto significa que a falta de emprego formal constitui um dos factores fundamentais na decisão de muitos vendedores recorrerem à prática das actividades informais, uma vez que o número dos que concordam é maior em relação aos que não concordam.

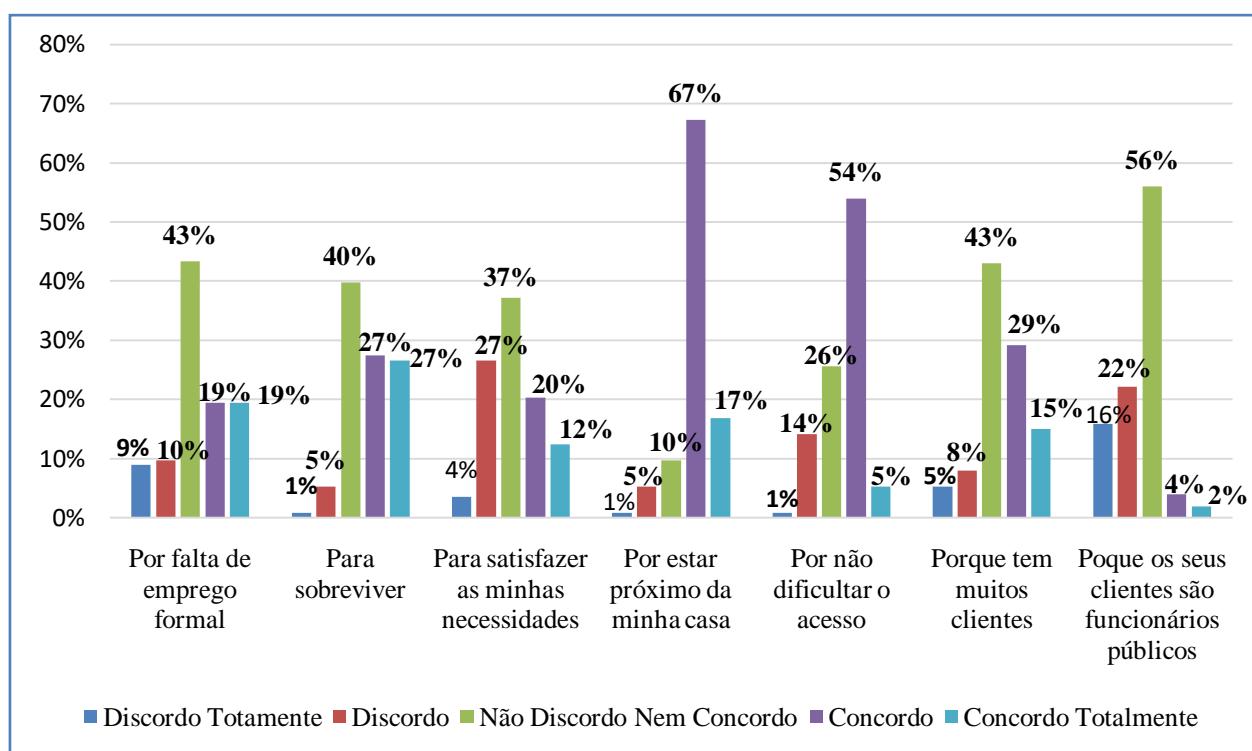
Questionados sobre o factor sobrevivência, 54% afirmaram (concordar), 40% ficaram sem opinião, enquanto uma minoria com apenas 6% não concordam com afirmação. O que significa que as actividades informais constituem uma grande alternativa de emprego para a sobrevivência de várias famílias que não conseguem ter uma oportunidade de emprego no mercado formal.

Questionados sobre a satisfação das necessidades básicas, 32% responderam sim, 37%

ficaram sem opinião e 31% não concordam. O que significa que o factor de satisfazer apenas as necessidades não tem muito peso na decisão dos vendedores exercerem suas actividades no mercado em estudo.

Em relação aos factores do mercado estar próximo de casa e a não dificuldade de acesso, constatou-se que maior parte dos inquiridos escolheram o mercado das Cacilhas, por ser um mercado localizado num espaço de fácil acesso com 54% e 5%, enquanto o factor proximidade, também é um dos elementos muito importante que está na base dos vendedores optarem por exercerem suas actividades neste lugar de encontro da procura e da oferta dos produtos.

Portanto, com base nos resultados apresentados, conclui-se que muitos dos vendedores, trabalham no mercado por falta de oportunidade de ter uma vaga no mercado formal, o que obriga-os a recorrerem nas actividades informais para a sobrevivência e garantir o sustento das famílias. Já o factor do mercado ter clientes que são funcionários públicos, foi a que teve menos importância conforme ilustra o gráfico abaixo.



Fonte: Elaboração do autor com base na pesquisa

Gráfico 8: Razões de vender no mercado

i) Produtos comercializados pelos inquiridos

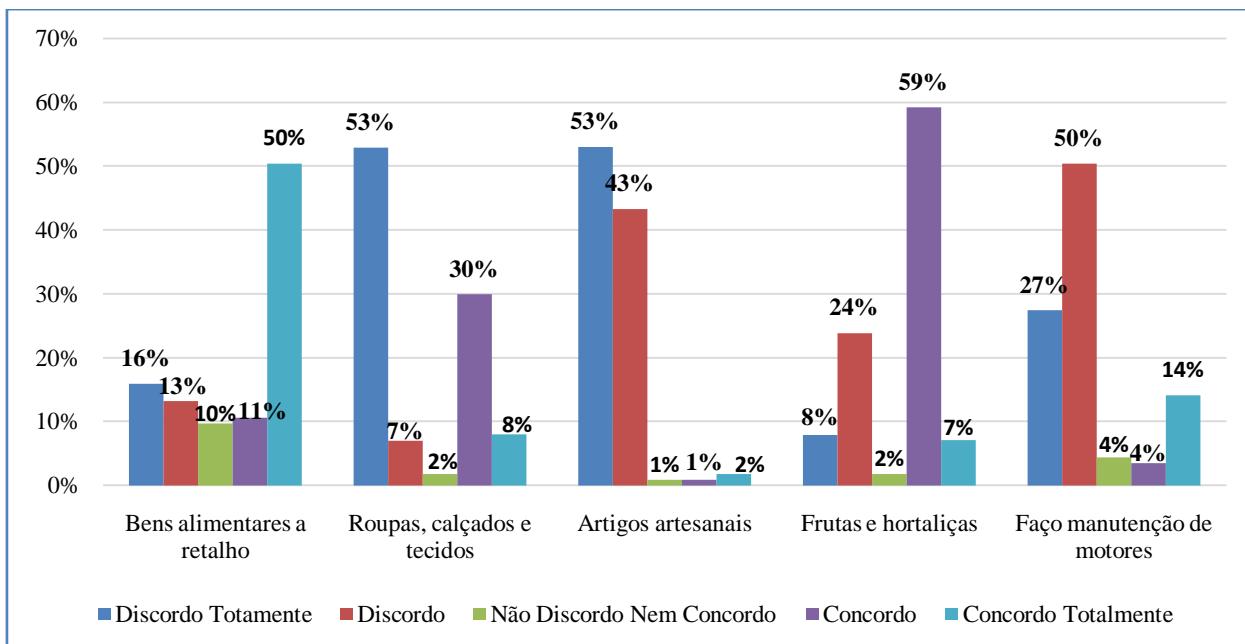
Questionados sobre os produtos que comercializam no mercado, a pesquisa mostrou que maior parte dos inquiridos concordam com afirmação de venda de bens alimentares a retalho

correspondendo a uma cifra de 50% e 11% totalizando 61% da amostra; seguidos pelos serviços de manutenção de motores (geradores, veículos motorizados e automóveis) com 14% e 4% totalizando 18%. Por outra, foi possível verificar que maior parte

dos inquiridos que realizam actividades de venda de bens alimentares, comercializam frutas e hortaliças (banana, tomate, abacaxi, melancia, verduras, etc.) correspondendo a uma cifra de 59% e 7% totalizando 66%.

Também foi verificado um elevado número de discordância em relação às afirmações da venda de produtos de roupas, calçados e tecidos com 57% e

30%, a venda de artigos artesanais com 53% e 43%. Estes dados mostram que o mercado oferece pouca oferta dos produtos referenciados aos cidadãos do município sede do Huambo. Neste sentido, é viável afirmar que as actividades de venda de bens alimentares a retalho, constituem a base deste mercado como motor gerador de grande número de empregos conforme ilustra o gráfico abaixo.



Fonte: Elaboração dos autores com base na pesquisa

Gráfico 1: Produtos comercializados

IX. CONCLUSÕES

O presente trabalho, teve como objectivo principal analisar o contributo que a economia informal desempenha na sociedade como alternativa de emprego das famílias no Município do Huambo mercado das (Cacilhas), e do Paz Menongue.

- Com base na revisão de literatura feita, foi possível perceber que a economia informal, constitui um sector de extrema importância para o desenvolvimento económico, bem como na redução do desemprego desde os anos 50; uma vez que nas situações em que a economia formal não consegue garantir a sobrevivência da maioria das pessoas, a solução oferecida passa o sector informal, que pode fazer toda diferença entre uma relativa tranquilidade e estabilidade política. Portanto, as actividades informais aparecem como uma situação positiva no que toca ao emprego, a medida em que promovem negócios desenvolvidos por uma multidão de pequenos negociantes, garantindo assim alguma paz social e económica.
- Assim sendo, conclui-se que a economia informal desempenha e sempre desempenhou um papel crucial na vida das populações, como alternativa de

emprego e garantia de sobrevivência, principalmente em países em via de desenvolvimento, em particular o nosso país, cuja situação económica financeira vem atravessando crises, fazendo pressão sobre o nível geral de empregos disponíveis na economia formal.

- Através do inquérito realizado, foi possível perceber que o sector informal desempenha um papel bastante significativo no Município do Huambo e de Menongue, especificamente nas famílias que vendem no mercado das Cacilhas, e que têm este mercado como fonte de rendimento para seu sustento, enquanto o estudo permitiu constatar que a maior parte dos vendedores não têm uma segunda ocupação (emprego formal), o que quer dizer que dependem unicamente dos rendimentos ganhos no seu dia-a-dia neste mercado.
- No que diz respeito aos aspectos de sobrevivência, a pesquisa mostrou que o sector informal desempenha um papel crucial na vida de várias famílias que trabalham neste mercado, não apenas por garantir um rendimento, mas, porque geralmente, os rendimentos derivados das actividades por estas desenvolvidas, satisfazem as necessidades básicas como (alimentação,

habitação, vestuário) e até mesmo a educação dos filhos.

Portanto, o sector informal, representa uma via de empregabilidade massiva principalmente a camada juvenil, visto que cerca de 96% da amostra dos que exercem actividades no mercado das Cacilhas como alternativa de emprego e sobrevivência das famílias, estão nas idades compreendidas entre 14 a 45 anos, enquanto uma minoria com 4% têm a idade acima dos 45 anos; e destas, cerca de 74% desenvolvem essas actividades por um período superior a um ano, o que significa ser uma actividade de longo prazo, que se traduz num substituto efectivo e via de resposta a falta de empregos na economia formal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Braga, T. S. (2006). *O Sector Informal e as Formas de participação na Produção: Os casos das regiões metropolitanas de Salvador e Recife*. Caxambu: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais.
2. Brue, S. L. (2006). História do Pensamento Econômico (6^a ed.). São Paulo: Thomson.
3. Borjas, G. (2013). *Labor Economics*. Sixth edition.
4. Bezerra, J. 03 de Outubro de (2018). África Subsariana. Fonte: Toda Matéria: <https://www.toda-materia.com.br/africa-subsariana>.
5. Correa, R. O. 23 de Outubro de (2009). *Mercado de Trabalho Informal: Um comparativo entre -Brasil e Paraná Numa trajectória de 10 anos*. IV Encontro de produção Ciêntifica e Tecnologia, p. 4.
6. Dum, J. E. (2014). *Mercados informais do Município do Sumbe da província do Kwanza sul: Uma evidência impírica*. Bragaça: Instituto Politécnico de Bragaça.
7. Ernesto, A., & Capilo, G. (2014). *A Economia Informal em Angola: Caracterização do Trabalho Informal*. Luanda: Open Society em Angola.
8. Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social 6^a Edição*. São Paulo: Editora Atlas S.P.
9. Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de Pesquisa*. Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande.
10. Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica 5^a edição*. São Paulo: Atlas São Paulo.
11. Lopes, C. M. (2014). *A Economia Informal em Angola: Breve Panorâmica*. Revista Angolana de Sociologia RAS.
12. Lopes, C. (2007). *Comércio Informal Transfronteiriço: Estudo de caso no mercado de São Pedro (Huambo) e nos mercados dos Kwanzas e Roque Santeiro (Luanda)*. Luanda: Centro de Estudos Africanos.
13. Mosca, J. (2008). *Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*. Moçambique: Instituto de Estudos sociais e Económicos.
14. Maia, R. P. (2015). *Economia* (2^a ed.). Luanda: Plural Editores.
15. Oliveira, M. F. (2011). *Metodologia Científica: Um manual para a realização de pesquisas e Administração*. Catalão-Go: Universidade Federal de Goias.
16. OIT, O. I. (2006). *Trabalho Digno e a Economia Informal*. Lisboa: Escritório da OIT Lisboa.
17. Passos, C. R., & Nogami, O. (2012). *Economia* (6^a ed.). São Paulo: Cengage Learning.
18. Pena, R. A. (2011). *Brasil Escola. Fonte: O que é o Neoliberalismo*: <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-neoliberalismo.htm>.
19. Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico*. Rio Grande do Sul-Brasil: 2^a Edição, Universidade Feevale.
20. Queiroz, F. (2014). *ECONOMIA INFORMAL*.
21. Ribeiro, R. N., & Bugarin, M. S. (2003). *Causas, efeitos e comportamento da Economia Informal no Brasil*. São Paulo: Centro de Pesquisa e Investigação da Universidade Católica de São Paulo.
22. Rocha, L. C. (2018). *Diagnóstico da Economia Informal em um município de pequeno porte no Sul de Minas Gerais*. Revista Administrativa em Diálogo, 18.
23. Rodrigues, V. J. 07 de Agosto de (2008). *Online. Fonte: Os prejuízos da informalidade*: <<http://www.administradores.com.br/noticias/economia-e-financas/os-prejuizos-da-informalidade/43509/>>.
24. Ramos, C. A. (2007). *Sector Informal: Do Excedente estrutural a escolha individual. Marcos Interpretativos e alternativas de Política*. Revista Económica, 17-26.
25. Reinert, J. N. (2010). *Desemprego: Causas, Consequências e possíveis soluções*.
26. Rodrigues, E. A. 20 de Janeiro de (2013). *Passeidireto*. Fonte: A escola Marxista: <https://www.passeidireto.com/arquivo/19707524/a-escola-marxista>
27. Ribeiro, R. N. (2000). *Causas, Efeitos e comportamentos da Economia Informal no Brasil*. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Economia.
28. Sanches, O. (2009). *A economia Informal e seus determinantes: Uma análise comparativa entre as regiões metropolitanas de São Paulo e da Cidade de México*. São Paulo: Universidade Católica de São Paulo.
29. Salazar, J. M. (2014). *Economia Informal e Trabalho Digno: Guia de Recursos sobre as Políticas apoiar a transição*. Gabinete de Estratégias e Planeamento.

30. Samuelson, P., & Nordhaus, W. (2005). *Economia 18.ª Edição*. Lisboa: Universidade técnica de Lisboa.
31. Silva, E. L., & Menezes, E. M. (2005). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação, 4ª Edição Revisada e Actualizada*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.

